



REPÚBLICA DE ANGOLA

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

***PLANO NACIONAL DE
PREPARAÇÃO,
CONTINGÊNCIA,
RESPOSTA E
RECUPERAÇÃO DE
CALAMIDADES E
DESASTRES***

2014-2019



Luanda, 2014

Conteúdos

1. Introdução	1
2. Estrutura de coordenação	1
2.1 Avaliação inicial do impacto	3
3. Coordenação geral e principais programas	4
3.1 Contingência e Resposta	4
A. Coordenação ao nível político de decisões	4
B. Coordenação geral das acções de resposta	4
C. Gestão da informação	4
D. Monitoria e avaliação	4
3.2 Preparação	5
A. Coordenação e gestão de informação, identificação do risco e dos cenários de desastre	5
A.	5
B. Descentralização e reforço das capacidades provinciais	5
C. Programa de gestão de risco urbano	6
D. Programa Nacional de Aviso Prévio	7
E. Programa Nacional de Formação de Quadros e educação	7
F. Monitoria, avaliação e participação	7
G. Quadro Nacional de Recuperação	9
H. Programa de Protecção Financeira	9
I. Estratégia de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Protecção Civil	9
4. Funções operacionais	10
4.1 Contingência e Resposta	10
A. Serviços de Urgência	10
B. Atenção à população	10
C. Logística e gestão	11
4.2 Preparação	12
A. Serviços de urgência	12
B. Atenção a população	13
C. Logística e gestão	13
D. Administração de meios	15
E. Infra-estrutura e serviços básicos	15
5. Aspectos sociais e educativos	17
A. Infra-estrutura e serviços básicos	17
B. Aspectos educativos	18
A. Aspectos sociais	20
B. Aspectos educativos	21
6. Aviso prévio e simulações	23
A. Aviso prévio	23
B. Programa de exercícios, simulacros e simulações	24

1. Introdução

No ano 2009 foi aprovado pelo decreto n.º 205/10 o Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres. O plano foi preparado com o objetivo de enfrentar as situações de emergência que eventualmente ocorram em território nacional.

Depois de 3 anos de execução do plano, e para fazer a sua revisão, foi realizado um processo de auscultação e avaliação técnica que finalizou com duas sessões de diagnóstico e validação, junto as instituições da Comissão Nacional de Protecção Civil, parceiros internacionais e Não Governamentais e quadros do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Como produto deste processo foi elaborado este documento de atualização que remetemos para análise e aprovação.

Dada a experiência do plano anterior foi considerado que o plano actual teria de ter os pontos considerados abaixo:

- Metas e tempos claramente estabelecidos para um período de 2 anos. No final deste período uma avaliação intermediária deverá ser realizada com o propósito de actualizar metas, corrigir o rumo quando for preciso, e identificar o nível real de progresso.
- Uma estrutura executiva e prática, considerando que os elementos do plano anterior ainda são válidos. Por esse motivo a proposta de plano que agora se apresenta basea-se no seu conteúdo geral.
- Um mecanismo de monitorização permanente para avaliar e testar o plano.

Este plano é um complemento da visão integral da gestão do risco tendo em conta a sua relação com o desenvolvimento do País. Portanto, deve ser considerado como uma contribuição para o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento.

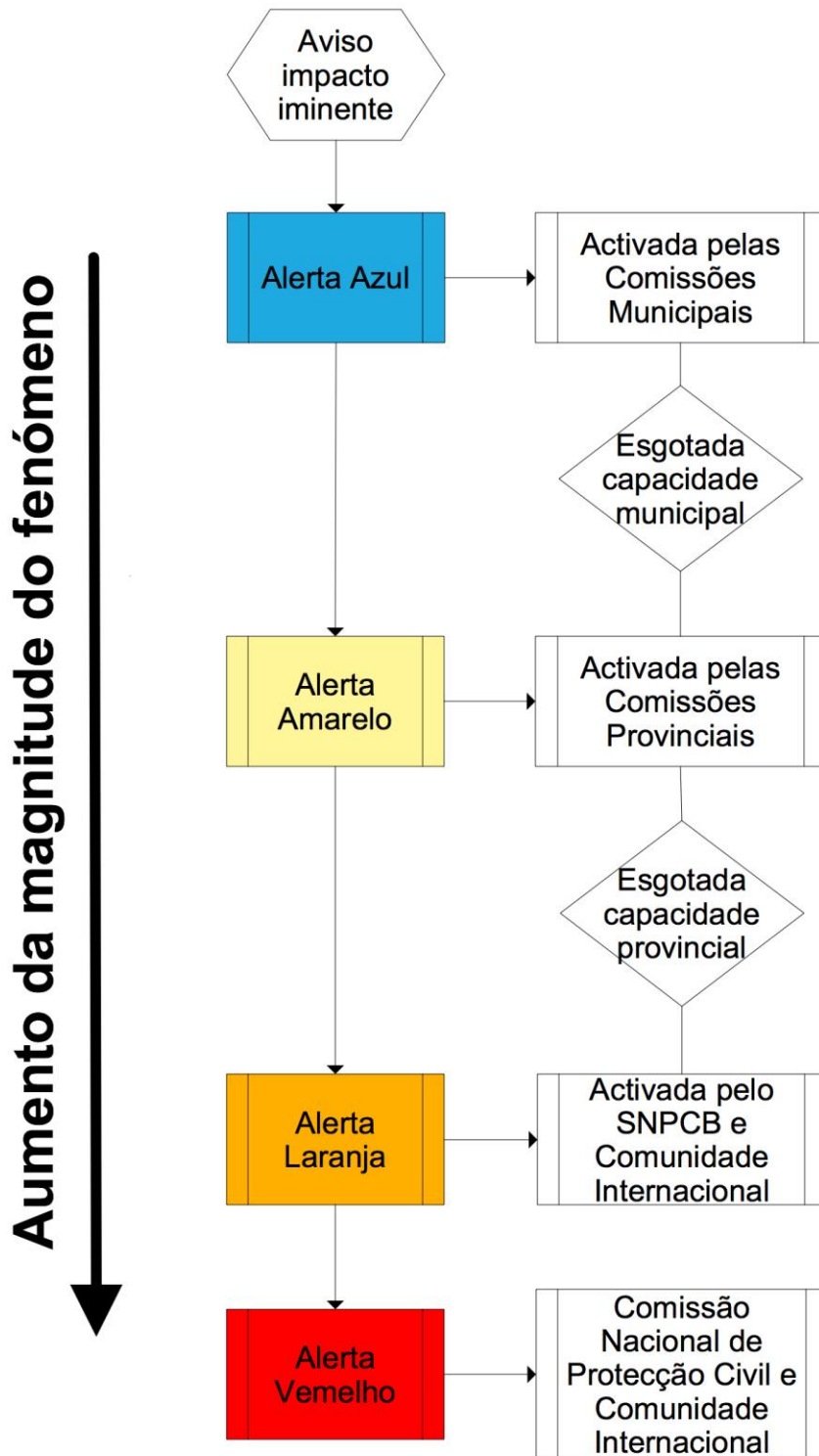
Não se trata de um documento irrevogável, uma vez que deverá ser constantemente actualizado tendo em conta as dinâmicas sociais, geográficas, técnicas, logísticas e operacionais, numa lógica de melhoria continuada.

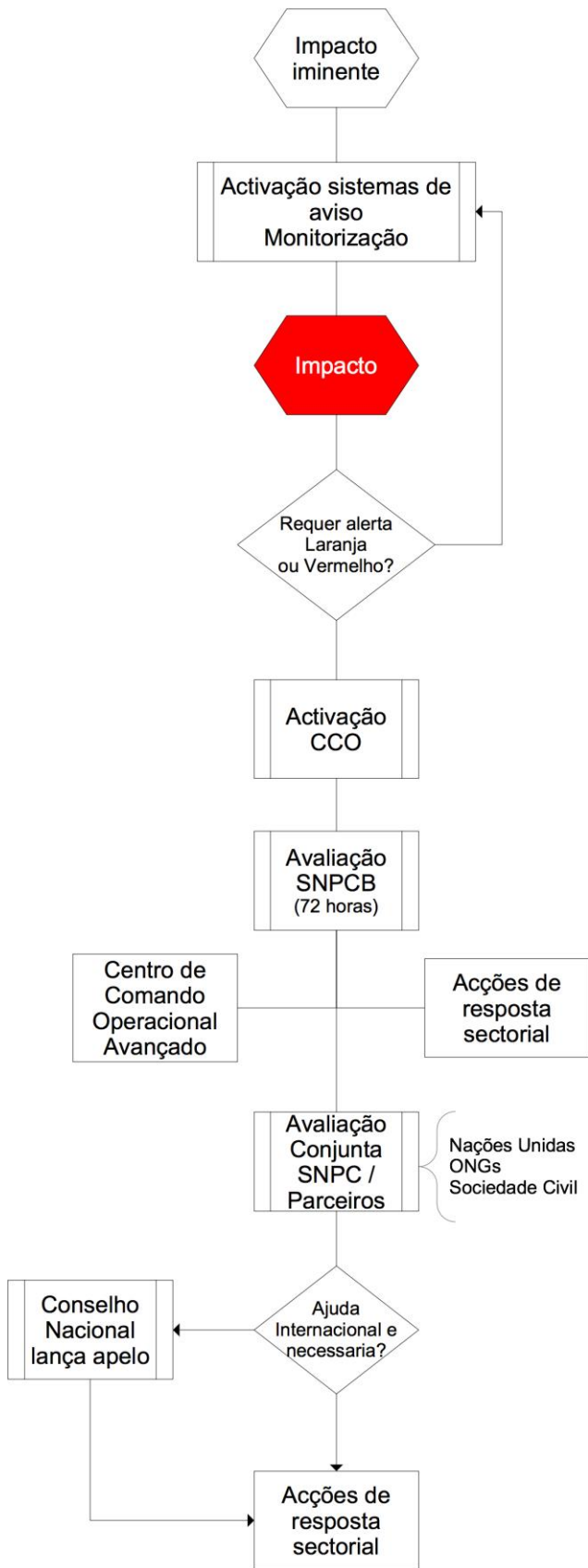
2. Estrutura de coordenação

São estabelecidos os órgãos de coordenação, assim como os níveis de activação do nível local ao nível nacional. Inclui também o funcionamento do Centro de Coordenação Operacional Nacional.



Fluxograma do Sistema de Alerta





2.1 Avaliação inicial do impacto

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros conduzirá a avaliação inicial da emergência nas primeiras 72 horas do início do impacto. Em caso de cheias esta avaliação será geralmente conduzida por via aérea. Esta avaliação dará a informação inicial sobre as populações e estimativa das localidades afectadas. Baseado nessa avaliação o SNPCB informará aos órgãos competentes e parceiros para o apoio necessário.

Uma avaliação rápida conjunta das áreas afectadas será organizada entre o SNPCB e os principais parceiros¹ na primeira semana da emergência. Essa avaliação será multi-sectorial para providenciar informação detalhada das áreas afectadas, incluindo a destruição, vulnerabilidades e necessidades imediatas e de longo-prazo.

Baseado nessas informações cada interveniente incluindo ministérios sectoriais e outros actores providenciarão suporte a emergência.

Na eventualidade de uma catástrofe que requeira suporte internacional o Conselho Nacional de Protecção Civil será responsável por lançar um apelo de ajuda internacional e conformar as modalidades a serem ofertadas.

¹ Parceiros do Sistema: Sistema das Nações Unidas, ONG internacional e nacional, Sociedade Civil (igrejas, organizações de base, pessoas colectivas e individuais)

3. Coordenação geral e principais programas

3.1 Contingência e Resposta

Funções	Acções	Responsáveis	
Coordenação geral e principais programas		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
A. Coordenação ao nível político de decisões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Activação do Conselho Nacional de Protecção Civil. 2. Coordenação e activação da Comissão Nacional de Protecção Civil 3. Elaboração dos planos específicos de intervenção face à desastres do nível nacional. 	<p>Presidente da República</p> <p>Ministro do Interior</p> <p>Comissão Nacional Protecção Civil</p>	<p>Ministros</p> <p>Ministros estabelecidos na Lei</p>
B. Coordenação geral das acções de resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenação e activação do Centro de Coordenação Operacional Nacional. 2. Coordenação geral dos grupos técnicos e sectoriais 3. Gestão dos mecanismos financeiros de resposta e recuperação. 4. Coordenação e activação dos níveis de alerta laranja e vermelho 	CNPC	Instituições da Comissão Nacional
C. Gestão da informação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento e sistematização da informação sobre os impactos de desastres a todos os níveis. 2. Informação permanente sobre as situações e a sua evolução para os níveis de decisão. 3. Implementação permanente de um processo de informação pública 4. Coordenação das relações com imprensa 	<p style="vertical-align: top;">CNPC</p> <p style="vertical-align: top;">Ministério da Comunicação Social</p>	<p>Ministério da Comunicação Social.</p> <p>Comunicadores sectoriais</p> <p>Equipa de comunicação do SNPCB</p>
D. Monitoria e avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar de forma permanente o processo de monitoria da situação de impacto e do cumprimento do plano de contingência e resposta. 2. Propor as modificações necessárias dos planos de intervenção, como produto da monitoria. 3. Realização de avaliações pós-desastres de magnitude ampliada 	CNPC	<p>Instituições da Comissão Nacional de Protecção Civil</p> <p>Comissões Provinciais e Municipais de Protecção Civil</p>

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

3.2 Preparação

Funções	Acções	Metas		Responsáveis		
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação	
Coordenação geral e principais programas						
A. Coordenação e gestão de informação, identificação do risco e dos cenários de desastre	1. Desenvolvimento da estrutura de coordenação operacional	Instalado o CCO Nacional	Instalados 5 CCO regionais	SNPCB	SNPCB	
	2. Mapeamento sistematizado das áreas de risco e registro histórico dos desastres e contingências		Todas as províncias dispõem de um mapa de zonas de impacto histórico dos desastres	CNPC	SNPCB Ministério da Construção Ministério da Agricultura Ministério de Ciência e Tecnologia Instituto de Geodesia INAMET Universidades Comissões Provinciais. Ministerio das Finanças	
	3. Elaboração de cenários de impacto dos desastres de maior recorrência.	Documento disponível para instituições e população geral, contendo os principais cenários nacionais de impacto			CNPC	
	4. Estabelecimento de um Sistema Nacional de Informação Geoespacial sobre Desastres.		Sistema Nacional desenhado e equipas técnicas formadas.		CNPC	
	5. Avaliação probabilística do risco actual e projecção do risco futuro.	Termos de referência elaborados e aprovados.	Análise do risco e perdas prováveis elaborado e disponível.		CNPC	
B. Descentralização e reforço das capacidades provinciais	1. Desenvolvimento das capacidades em todas as provincias	4 Provincias contam com um Plano de Contingência e com um Centro Operacional em funcionamento.	5 Provincias contam com um Plano de Contingência e com um Centro Operacional em funcionamento.	CNPC MAT	SNPCB Comissões Provinciais	
	2. Desenvolvimento de capacidades em todos os		15 Municipios contam com um Plano de	CNPC MAT	SNPCB Comissões Municipais	

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

3.2 Preparação

3.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
Coordenação geral e principais programas		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
	municípios		<p>Contigência e com um Centro Operacional em funcionamento.</p> <p>Elaboração de planos comunais adaptados as condições e capacidades locais tradicionais nos 15 municípios piloto.</p>		
C. Programa de gestão de risco urbano	1. Identificar as principais áreas de ameaça em cidades e zonas urbanas.	Identificadas as principais áreas e construções vulneráveis e perigosas na Cidade de Luanda com uma proposta de intervenção imediata	Identificadas as principais áreas e construções vulneráveis e perigosas na Cidade de Luanda e em outras 5 cidades do País, com uma proposta de intervenção imediata	CNPC MAT	SNPCB, Laboratório de Engenharia, Ministério da Construção, Governo Provincial de Luanda
	2. Elaboração de planos de contingência urbanos		Elaborado um plano de contingência da cidade de Luanda		

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

3.2 Preparação

Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
Coordenação geral e principais programas		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
D. Programa Nacional de Aviso Prévio	1. Elaboração e implementação de um programa nacional de aviso prévio que integra e uniformiza os processos de vigilância e aviso para as diferentes funções	Elaborado o programa de aviso prévio com a participação dos principais usuários e parceiros internacionais	Capacitados os CPPC das bacias piloto no uso de conhecimentos tradicionais e locais para aviso prévio e preparação da população	CNPC	SNPCB, INAMET, Ministério do Ambiente, Ministério do Ambiente, Instituto de Hidrologia
E. Programa Nacional de Formação de Quadros e educação	1. Elaboração do programa incluindo formação geral e especializada	Formação geral em preparação e resposta para 100 quadros da CNPC nacional e Comissões provinciais Formação para 20 quadros nacionais em gestão de informação para preparação e resposta	Formação regional para 500 quadros das Comissões Municipais de Protecção Civil. Formações nacionais especializadas (gestão de materiais de emergência, gestão de abrigos provisórios, logística)	CNPC Ministério da Educação	SNPCB Comissões Provinciais e Municipais de Protecção Civil Ministério da Educação MINARS, Ministério da Saúde, Forças Armadas
F. Monitoria, avaliação e participação	1. Elaboração e implementação do mecanismo de monitoria do plano nacional.	Mecanismo de monitoria implementado	Uma avaliação do cumprimento do plano dois meses antes do final do segundo ano	CNPC	SNPCB Instituições da Comissão Nacional Comissões Provinciais e Municipais.
	2. Estabelecer uma Plataforma Nacional consultiva para os processos de Preparação, Resposta e Recuperação (no âmbito das Plataformas Nacionais de RRD da UNISDR)	Realizada uma primeira reunião da plataforma incluindo parceiros do sector privado e da sociedade civil	Estabelecido um mecanismo permanente para participação da Plataforma nos processos de monitoria e avaliação	CNPC	Parceiros do Sector Privado, Parceiros Internacionais, Representantes Provinciais e Municipais Comunidade internacional

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

3.2 Preparação

3.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
Coordenação geral e principais programas					Parceiros Não Governamentais.
			Criadas parcerias com igrejas, ONG's, Sociedade Civil, Autoridades Tradicionais e Ordens Profissionais em 5 províncias.	Comissões Provinciais	Representantes Provinciais e Municipais. Parceiros Não Governamentais. Organizações comunitarias

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

3.2 Preparação

Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
Coordenação geral e principais programas					
G. Quadro Nacional de Recuperação	1. Estabelecimento de um “Quadro Nacional de Recuperação”	Realizado um estudo dos processos de reconstrução e reabilitação	Estabelecido um “Quadro Nacional da Recuperação” sobre a base da avaliação de experiências anteriores Proposta de aproveitamento das águas pluviais resultantes de inundações e cheias para fins agrícolas e pecuários, bem como para o benefício direto das comunidades	CNPC	SNPCB Instituições da Comissão Nacional Comissões Provinciais e Municipais.
H. Programa de Protecção Financeira	Identificar e promover mecanismos financeiros de resposta e recuperação.	Elaborado um estudo de mecanismos de protecção financeira para fazer face aos desastres aplicáveis à realidade do País	Estratégia Financeira de Preparação e Resposta elaborada, incluindo a previsão de fundos autónomos.	CNPC	Ministerio das Finanças Ministério de Planeamento
I. Estratégia de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Protecção Civil	Estabelecer uma estratégia de de Desenvolvimento institucional para reforçar as condições de gestão e implementação	Estrategia de desenvolvimento institucional do SNPCB elaborada e primeiras acções implementadas		CNPC	SNPCB

4. Funções operacionais

4.1 Contingência e Resposta			
Funções	Acções	Responsáveis	
4. Funções operacionais		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
A. Serviços de Urgência			
1. Extinção de incêndios, busca e resgate.	a. Extinção de incêndios nos cenários operacionais. b. Acções de busca, salvamento e resgate	Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	SNPCB Ministério da Saúde Cruz Vermelha Angolana Serviços privados
2. Assistência pré-hospitalar	a. Primeiros socorros, busca e resgate em estruturas colapsadas e inundações. b. Coordenar com SNPCB as necessidades de equipamento, logística e outros.	Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	Ministério da Saúde Cruz Vermelha Angolana Serviços privados
3. Segurança e ordem pública	a. Segurança e limitação de acesso às zonas de impacto. b. Implementação de sistemas e meios de controle e patrulhamento.	Forças de segurança e ordem pública	Forças de segurança e ordem pública Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas) Serviços Privados
B. Atenção à população			
1. Segurança alimentar	a. Assistência alimentar geral e intervenções de nutrição de emergência de acordo com os padrões internacionalmente exigidos b. Identificação atempada de situações de nutrição e de segurança alimentar c. Avaliações de segurança alimentar as populações em situação de emergência d. Fornecer rações alimentares aos agregados afectados	MINAGRI/SEDER	Protecção Civil MINARS, Comité de Avaliação de Vulnerabilidade em Segurança Alimentar, INAMET, MINSA, MINAGRI MINCO, FAO, PAM, UNICEF, ONG, Gabinete de Segurança

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

4.1 Contingência e Resposta

Funções	Acções	Responsáveis	
4. Funções operacionais		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
	e. Garantir o envolvimento comunitário apropriado.		Alimentar
2. Abrigo e bens não alimentares, Centros de Acolhimentos	a. Avaliações rápidas das necessidades b. Fornecer assistência e abrigo de emergência as populações afectadas c. Garantir o regular funcionamento dos serviços básicos para as populações d. Coordenar com Sociedade Civil a nível local.	MINARS	MINCONS, MINFAM, MINSA, MED, MINCULT, MAT, Ministério da Juventude e Desportos, incluindo direcções provinciais, administrações locais e autoridades tradicionais (sobas e líderes comunitários), OIM, Cruz Vermelha, ONG e Igrejas
C. Logística e gestão			
1. Logística	a. Reunir a Equipa de Resposta Logística (ERL) de forma a realizar avaliações permanentes. b. Desalfandegamento dos equipamentos e produtos de emergência c. Implementar procedimento rápido de rastreio; monitorização e avaliação. d. Criar núcleos logísticos nas áreas afectadas. e. Colocar pessoal responsável para garantir as operações; f. Actualizar o inventário integrado do equipamento e produtos para a emergência g. Coordenar transportes h. Instalações de armazenamento adequadas para materiais de emergência;	SNPCB Equipa de coordenação logística	Ministério da Administração do Território. Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas) Ministério dos Petróleos Ministério das Pescas Ministério dos Transportes Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação. Autoridade Marítima Alfandegas Autoridades Aeronáutica (IVANIC) ENANA
2. Administração de meios e recursos	a. Gestão financeira e custos. b. Supervisionar as negociações contratuais. c. Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamento d. Gestão dos processos de asseguramento e. Aplicar protocolos de actuação com fornecedores	SNPCB	SNPCB Ministério do Interior Ministério das Finanças

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

4.2 Preparação					
Funções	Ações	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
4. Funções operacionais					
A. Serviços de urgência					
1. Extinção de incêndios, busca e resgate.	a. Preparação das brigadas que participam na busca, salvamento e resgate.	Uma sessão de formação em cada província	Uma sessão de formação em cada província Padrões de acção em busca e resgate adoptados	SNPCB	SNPCB Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas) Polícia Nacional Serviço Integrado de Emergências Médicas SNPCB
	b. Formação, avaliação e certificação de voluntários nos diferentes procedimentos de busca e resgate.	Realizar 1 exercício/simulacro anual para a revisão e teste dos procedimentos.	Realizar 1 exercício/simulacro anual para a revisão e teste dos procedimentos.	SNPCB	SNPCB Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas) Polícia Nacional Serviço Integrado de Emergências Médicas SNPCB
	c. Unidades técnicas de busca e resgate		Instalar uma unidade técnica de busca e resgate em 5 regiões do país	SNPCB	SNPCB Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas) Polícia Nacional Serviço Integrado de Emergências Médicas SNPCB
2. Assistência pré-hospitalar	d. Capacitar pessoal socorrista e dos voluntários em primeiros auxílios básicos e avançados,	Capacitado pessoal socorrista e voluntários em primeiros auxílios básicos e	Realizar 1 exercício/simulacro anual para a revisão e teste dos	SNPCB Ministério da	Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas)

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

4.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
4. Funções operacionais					
	triagem e transladação de pacientes.	avançados, triagem e transladação de pacientes.	procedimentos.	Saúde	Polícia Nacional Serviço Integrado de Emergências Médicas SNPCB
3. Segurança e ordem pública.	a. Elaborar cenários e planos de segurança e ordem pública, segundo os cenários potenciais de contingência.	Planos de segurança e ordem pública para cenários de desastre provável.	Realizar 1 exercício/ simulacro anual para a revisão e teste dos procedimentos.	Polícia Nacional Forças Armadas	Polícia Nacional Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas)
B. Atenção a população					
1. Habitação e Abrigo	a. Criar uma instância de coordenação e elaborar uma estratégia de abrigo provisório.	Criado um grupo multisectorial para coordenar acções de abrigo.		Ministério da Construção	MINCONS, MINFAM, MINSA, MED, MINCULT, MAT incluindo direcções provinciais, administrações locais e autoridades tradicionais (sobas e líderes comunitários), OIM, Cruz Vermelha, ONG e Igrejas
		Realizada uma avaliação multisectorial sobre abrigos.			
		Estabelecido um mecanismo de planificação de aldeias e registo de terras;			
	b. Reforçar a cooperação nacional e regional;		Estabelecido um mecanismo de cooperação nacional e regional;		
C. Logística e gestão					
1. Logística	a. Estabelecer mecanismos de gestão de bens e produtos de emergência.	Estabelecido um mecanismo de alfandegamento do equipamento e produtos de emergência.	Preparar e distribuir formatos de prestação e padronização de contas dos fornecimentos.	SNPCB	Ministério da Administração do Território Ministério da Defesa Nacional (Forças

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

4.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
4. Funções operacionais		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
		Estabelecido um procedimento rápido de gestão de bens e rastreio de produtos desalfandegados através de um sistema digital.	Indicadores mínimos de nutrição incluídos no sistema de fiscalização.	SNPCB	Armadas Angolanas) Ministério dos Transportes Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros Autoridade Marítima Alfandegas Autoridade Aeronáutica (IVANIC) Ministério da Administração do Território Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas) Ministério dos Transportes Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros Autoridade Marítima Alfandegas Autoridade Aeronáutica (IVANIC) ENANA
	b. Elaborar um inventário integrado do equipamento e produtos para a emergência de todos os parceiros.	Inventário elaborado e disponível para os integrantes da Comissão			
	c. Pré-posicionar stocks de bens não-alimentares ao nível central e local segundo a estrutura dos cenários.	Stocks de bens não-alimentícios pré-posicionados em 5 regiões prioritárias			

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

4.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
4. Funções operacionais		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
D. Administração de meios	a. Estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação de gestão administrativa e financeira.	Estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação de gestão administrativa e financeira		SNPCB Ministério das Finanças	SNPCB Ministério das Finanças
	b. Elaborar protocolos de coordenação e arranjos de compra.	Elaborado um protocolo de actuação e coordenação para recorrer a equipamentos pertencentes a entidades públicas e privadas.	Elaborado um protocolo de arranjo de compra com fornecedores de equipamentos, artigos e materiais necessários às operações de emergência de protecção civil.		
E. Infra-estrutura e serviços básicos					
1. Obras Públicas	a. Identificar e harmonizar estratégias existentes para a utilização das infra-estruturas básicas.		Identificadas e harmonizadas estratégias existentes para a utilização da infra-estruturas básicas.	Comissão Nacional de Protecção Civil MINCONS	Ministério das Obras Públicas Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas)
	b. Avaliar a vulnerabilidade das infra-estruturas e recursos locais antes e depois do impacto de desastres.	Adoptada uma metodologia para analisar o grau e as condições de acesso as infra-estruturas potencialmente afectadas ou utilizáveis para fins de resposta.	Realizada uma avaliação de vulnerabilidade de infraestruturas prioritárias	Comissão Nacional de Protecção Civil MINCONS	Ministério das Obras Públicas Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas)
	c. Desenvolver acções de		Desenvolvidas acções de	Comissão	Ministério das Obras

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

4.2 Preparação					
Funções	Acções	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
4. Funções operacionais					
	educação cívica das populações sobre o risco de construírem próximo ou junto as linhas de águas.		educação cívica das populações sobre o risco de construírem próximo ou junto as linhas de águas nos municípios piloto	Nacional de Protecção Civil MINCONS	Públicas Ministério da Defesa Nacional (Forças Armadas Angolanas)

5. Aspectos sociais e educativos

5.1 Contingência e Resposta			
Funções	Ações	Responsáveis	
		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
5. Aspectos sociais e educativos			
A. Infra-estrutura e serviços básicos			
1. Saúde e nutrição	<ul style="list-style-type: none"> a. Realizar acções de vigilância epidemiológica nas comunidades afectadas. b. Divulgar, através das estruturas provinciais e municipais, as normas de tratamento de doenças existentes. c. Assegurar a assistência médica e medicamentosa às populações afectadas d. Assegurar o fornecimento de água potável e alimentação as populações afectadas e. Garantir o destino adequado do lixo e dos dejectos humanos f. Avaliações rápidas no terreno e quadro de situação; g. Medidas de saúde pública para evitar o aumento de casos de doenças transmissíveis e ITS/VIH_SIDA, febres hemorrágicas, DRA, doenças diarréicas agudas, cólera e malária. h. Monitoria da situação nutricional. i. Sistema de referência das crianças gravemente 	Ministério da Saúde Governos provinciais Direcções Provinciais de Saúde	MINSA MINAGRI MINARS SEDER Secretaria do Estado das Águas

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

5.1 Contingência e Resposta			
Funções	Ações	Responsáveis	
		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
5. Aspectos sociais e educativos			
	malnutridas para os hospitais locais. j. Atenção da problemática dos desmaios		
2. Água e saneamento	a. Restaurar o abastecimento de água potável; b. Transporte de água; c. Fornecer artigos para o tratamento, armazenamento e distribuição de água d. Disponibilizar latrinas e serviços de saneamento; e. Preparar e disseminar informação sobre higiene, água potável e saneamento, assim como sobre o VIH/SIDA e saúde reproductiva f. Monitorar e coordenar as intervenções de emergência da água, saneamento e higiene. g. Reconpilação de dados estatísticos e opiniões	Secretaria de Estado de Águas	MINSA, UNICEF, ONG Equipa multisectorial com a participação das comunidades
B. Aspectos educativos			
Educação	a. Avaliação rápida e coordenada das instalações de educação e crianças afectadas b. Garantir a satisfação das necessidades de educação. c. Garantir a frequência nas aulas	Ministério da Educação	UNICEF, ONGS Poder local (sobas, populações, etc.).

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

5.1 Contingência e Resposta			
Funções	Ações	Responsáveis	
		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
5. Aspectos sociais e educativos			
	<p>de crianças e professores</p> <p>d. Minimizar as oportunidades para o abuso e exploração sexual;</p> <p>e. Levantar informação das necessidades ao nível local</p> <p>f. Recreação e preparação para a transferência das escolas para lugar seguro</p> <p>g. Criar infra-estruturas provisórias</p> <p>h. Assegurar as necessidades de sobrevivência e a continuidade das actividades lectivas.</p> <p>9. Actividades de conscientização sobre a importância de enviarem os filhos de volta à escola e para a mobilização de professores provisórios ou para profissionais.</p>		

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

5.2 Preparação					
Linha estratégica	Acções	Ano 1	Ano 2	Responsáveis	
5. Aspectos sociais e educativos		Metas		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
A. Aspectos sociais					
1. Saúde e nutrição	<p>a. Realizar acções de vigilância epidemiológica nas comunidades mais vulneráveis, para detecção atempada de doenças.</p> <p>b. Implementar acções de prevenção de doenças transmissíveis, incluindo infecções de transmissão sexual, VIH/SIDA, doenças imuno-preveníveis, malnutrição.</p> <p>c. Realizar e sistematizar informação sobre nutrição nas áreas mais vulneráveis.</p> <p>d. Formar e educar os trabalhadores da saúde e professores em nutrição e gestão de stocks de insumos críticos</p> <p>e. Fortalecer as actividades de educação nutricional.</p>	<p>2 Pontos focais comunitários treinados em cada comunidade vulnerável</p> <p>2 Formadores comunitários capacitados em cada comuna</p> <p>Inquérito nutricional em comunidades mais vulneráveis realizado</p> <p>50% dos trabalhadores de saúde de áreas mais vulneráveis com reforço de capacitação</p>	<p>Comitê local de emergências capacitado e funcionando em cada comunidade</p> <p>Visita de campo realizada. Eventuais inquéritos em áreas críticas</p> <p>80% dos trabalhadores de saúde das áreas mais vulneráveis capacitados</p>	<p>Ministério da Saúde. Repartição Municipal de Saúde</p> <p>Direcção provincial de saúde Direcção provincial de educação</p>	<p>MINAGRI Ministério da Saúde Gabinete de Segurança Alimentar SNPC MINARS</p>
2. Água e saneamento	<p>a. Avaliar as instalações e mecanismos de abastecimento de água nas zonas mais</p>	<p>50 % de instalações avaliadas (meta em função da capacidade do (SEA)</p>	<p>70% de instalações avaliadas</p>	<p>Secretariado de Estado das Águas</p>	<p>MINSA, UNICEF, ONG Equipa</p>

Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres

5.2 Preparação

Linha estratégica	Ações	Ano 1	Ano 2	Responsáveis	
5. Aspectos sociais e educativos		Metas		Coordenação, liderança e apoio técnico	Implementação
	vulneráveis e tomar disposições de reforço e prever acções de contingência. 2. Preposicionar artigos para o tratamento, armazenamento e distribuição de água, de acordo com os cenários estabelecidos e em coordenação com o SNPCB.	30% das comunidades mais vulneráveis com preposicionamento			multissectorial.
B. Aspectos educativos					
1. Educação	a. Desenvolver uma ferramenta de avaliação rápida nas áreas afectadas pelo desastre. b. Elaborar um mapa de capacidades do Sector de Educação. c. Capacitar os parceiros no uso da lista de controle da resposta. d. Disponibilidade de recursos para a criação de espaços provisórios seguros para salas de aula/aprendizagem. e. Identificação de instalações temporárias para as comunidades/como anexos às escolas existentes.	Ferramenta desenvolvida e em uso Mapeamento de capacidades e vulnerabilidades realizado Capacitação realizada 30% de espaços provisórios criados Identificação realizada	Ferramenta desenvolvida e em uso Mapeamento de capacidades e vulnerabilidades realizado Capacitação realizada 30% de espaços provisórios criados Identificação realizada	Ministério da Educação	Parceiros do Ministério da Educação UNICEF ONG

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

6. Aviso prévio e simulações

5.2 Preparação					
Linha Estratégica	Acções	Metas		Responsáveis	
Aviso prévio e simulações		Ano 1	Ano 2	Liderança	Implementação
A. Aviso prévio					
1. Sistemas locais e tradicionais	Estabelecer um quadro de comunidades e sub-bacias e micro-bacias prioritárias segundo os cenários estabelecidos.	No quadro do mapeamento e análise geral de risco estão identificadas as comunidades mais vulneráveis nas bacias piloto.	Sistemas Locais de aviso prévio locais desenvolvidos nas comunidades prioritizadas pelas províncias Sistema, instrumentos e mensagens de aviso comunitários desenvolvidos	SNPC	Comissões Provinciais e locais.
2. Vigilância hidrometeorológica	Estabelecer um programa de apoio para o desenvolvimento de capacidades de monitoria e previsão	Estabelecido uma estratégia de apoio para o desenvolvimento de capacidades de monitoria e previsão hidrometeorológica a nível nacional.	Estabelecido uma estratégia de apoio para desenvolvimento de capacidades de monitoria e previsão hidrometeorológica em províncias piloto.	INAMET Direcção Nacional das Águas	INAMET Direcção Nacional das Águas MINAGRI SAP Benguela (outros SAP)
3. Aviso Prévio	Instalar e operacionalizar sistemas de aviso prévio em bacias prioritárias	Capacitadas comunidades prioritizadas pelas	Instalados 4 sistemas de aviso prévio em províncias prioritárias	Comissões Provinciais Observadores	SAP locais Organizações locais Administrações municipais

*Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e
Recuperação de Calamidades e Desastres*

5.2 Preparação

Linha Estratégica	Acções	Metas		Responsáveis	
		Ano 1	Ano 2	Liderança	Implementação
	Aviso prévio e simulações				
		provincias que contam com SAP.	Estabelecer acordos com empresas privadas e organizações da sociedade civil para activação de acções de aviso e evacuação.	Comunitários SAP	
B. Programa de exercícios, simulacros e simulações					
	1. Simulações de CCO e postos de comando.	Apoio técnico para simulações em 5 provincias desenvolvido.	Simulacro nacional de desastre implementado	SNPCB Comissões Provinciais e locais	Agentes de protecção civil ONG Organizações Sociedade Civil Serviço Integrado de Emergências Médicas